

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

2 **Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas**

DATA: 20 de abril de 2018

HORA: 09h

LOCAL: CEMURE – Sala 09

Av. Coronel Estevam, 3897 – Nossa Senhora de Nazaré

Natal/RN - CEP. 59031-270

3 Ao vigésimo dia do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, foi realizada a Reunião
4 Ordinária do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMUD, convocada
5 pelo presidente Sr. João Paulo Mendes Sales, com a participação dos seguintes integrantes do
6 Colegiado Pleno e convidados presentes:

MEMBROS DO COMUD	
NOME	Representantes
Ausente	Secretaria Municipal de Governo – SMG
Genilce Maria Maciel de AlmeidaAusente	Secretaria Municipal de Saúde – SMS
Ausente	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS
Nadja Dantas de Oliveira	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEL
João Paulo Mendes Sales	Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa social – SEMDES
Jaqueline Maciel Targino Pacheco	Secretaria Municipal de Educação – SME
Ausente	Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
Ausente	Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA
Ausente	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres – SEMUL
João Paulo Diogo	Observatório da População Infante Juvenil em Contexto de Violência – OBJUVI
Anna Carolina Vidal Matos	Associação Brasileira de Redução de Danos – ABORDA
Ausente	Plataforma Brasileira de Políticas e Drogas – PBPD
Ausente	Associação Potiguar dos Familiares, Amigos e Usuários dos Serviços de Saúde Mental – PLURAL
Leilane Assunção	Coletivo Antiproibicionista Cannabistativa – CACA
Ausente	Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva – NESC
Newton Mousinho de Albuquerque	Representando o Grande Oriente no Brasil – GOB/RN
Ausente (justificado por e-mail)	Conselho Regional de Psicologia da 17ª Região – CRP/17

3 Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – SEMDES
4 Sistema Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – SISMUD

Halisson Silva da Costa José Vanilsom Torres da Silva	Movimento Nacional da População de Rua – MNPR
CONVIDADOS	
NOME	Representação
Luciana Alexandrino da Silva Targino	Representando a Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes - SEHARPE
Manuel Onofre de S. Neto	Ministério Público do RN
Celânsia Gomes Barbosa	SEMDES- COTEC
Maria Aparecida Cunha de Souza	SEMUL
Luiz Antonio Ferreira de Silva	SEMDES-COTEC
Kilbia Maria C. Rodrigues	SEMDES-COTEC
Irlan Albano Bezerra	SECULT/FUNCARTE
Lucinana Vieira Holmes	SEMDES
Maria das Graças Melo	SEMDES-COTEC

7 Iniciados os trabalhos, o presidente o Sr. João Paulo Mendes Sales, iniciou a reunião em
8 segunda chamada no horário de nove horas e trinta minutos, obedecendo a ordem do dia, a
9 qual fora previamente convocada com o seguinte teor:

PAUTA
<ol style="list-style-type: none"> 1. Leitura da ata da reunião anterior (09/03/2018) 2. Atividades da secretaria-executiva: <ol style="list-style-type: none"> a)Fumud b)Devolutiva sobre visibilidade no portal. 3. Grupos de Trabalho - CoTec: <ol style="list-style-type: none"> a) Plano Municipal; b) Ações coordenadas; c) Fóruns intersetoriais; d) Observatório de direitos humanos 4. Outras deliberações pertinentes.

10 DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO E DELIBERAÇÕES:

11 O Presidente do Conselho o sr. João Paulo Mendes Sales, saudou aos Conselheiros e
12 convidados. Iniciou fazendo a segunda chamada dos presentes. Informou que caso os
13 conselheiros queiram apresentar alguma pauta para ser apreciada no dia, podem fazer isto
14 antes da segunda chamada. Falou ainda sobre a tramitação do FUMUD, que se encontra na
15 PGM, disse que esteve em reunião junto a Celânsia Gomes e o procurador Vidalvo Filho na
16 PGM, onde foram informados que o FUMUD está sendo analisado para posterior envio ao
17 Gabinete Civil. Seguiu falando sobre a visibilidade das atividades do SISMUD no portal



5 **Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – SEMDES**
6 **Sistema Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – SISMUD**

17 virtual, Celânsia Gomes complementou que essa atividade está sendo trabalhada junto a TI da
18 SEMPLA e da SEMDES. O presidente continuou, falando que o plano municipal tem data pré
19 agendada para o dia 26 de junho, que é o dia internacional de combate ao uso abusivo de
20 álcool e outras drogas, ressaltou que a copa não atrapalhará o serviço público, e que será
21 apresentado em formato de audiência pública. João Paulo deu continuidade a sua fala
22 destacando as ações coordenadas que iniciaram suas atividades no Bairro de Felipe Camarão.
23 Passou a fala para Aparecida Cunha que comentou sobre a ação coordenada, que foi muito
24 rica, que o objetivo da ação coordenada é dar continuidade ao que foi iniciado no ano anterior
25 com os profissionais por meio dos Fóruns e do Workshop, e que o momento agora é de ouvir
26 a comunidade e suas necessidades. Disse que foi trabalhado a metodologia da árvore de
27 problemas, ressaltando que as consequências apresentadas pela comunidade sobre o tema
28 álcool e outras drogas são: violência, questão que está presente em nível Nacional; O medo de
29 sair de casa; E o silêncio que se gera através do aumento da criminalidade. Comentou então,
30 que o entendimento do grupo da atividade se relacionam aos fluxos, que o usuário não é
31 responsabilidade única de um serviço, e que é preciso entender a corresponsabilidade sobre
32 este usuário. A ação foi desenvolvida no conselho comunitário, houve aprovação da ação, e
33 que gerou esperança na comunidade, porém todos estão cientes que não é fácil a solução dos
34 problemas e que os próximos passos serão trabalhados de acordo com o que foi observado e
35 registrado na ação com a comunidade. Celânsia complementou que essa primeira ação tem
36 também como objetivo reconhecer a comunidade, buscando entender as visões que eles têm
37 sobre os serviços de seu território, fomentando a continuidade de atividades complementares.
38 João paulo comentou que tal atividade também tem a finalidade de mapear as necessidades,
39 fazer fluir o fluxo, entender a rede e a comunidade, de modo a aproximar essa conexão.
40 Celânsia complementou que as ações são resultados das demandas dos ciclos que já foram
41 desenvolvidos nos anos anteriores, buscando ouvir e trabalhar com a sociedade civil.
42 Comentou que na ação em Felipe Camarão estavam presente o NASF ,UBS e CRAS, e que
43 um dos objetivos foi, e é, que os serviços apresentem na roda de conversa como eles vem
44 trabalhando a temática álcool e outras drogas, fazendo reflexão do seu próprio papel nessa
45 temática. O representante da PopRua José Vanilsom , afirmou que o município de natal nunca



7 **Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – SEMDES**
8 **Sistema Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – SISMUD**

46 fez pesquisa sobre a PopRua em situação de álcool e outras drogas, expressando que por essa
47 inexistência, a mídia acaba gerando o aumento do estigma das pessoas em situação de rua,
48 como se todos fossem usuários de drogas. E que durante a semana em entrevista dada por
49 representante da Secretaria de Assistência Social, foi reafirmado tal estigma. Retomando a
50 palavra, o Presidente disse, que o mesmo aconteceu com o Comitê Gestor, pois eles também
51 acreditavam que a maioria dos usuários de drogas seria a população em situação de rua, mas
52 que foi visto, através do fórum desenvolvido no ano anterior, que os anseios da PopRua não
53 tinham foco nas drogas, e sim na questão do trabalho e educação, quebrando-se a visão dos
54 gestores envolvidos. Ressaltou que a visão dos servidores não necessariamente representa a
55 visão da gestão. Foi passado a fala para Celânsia, que expressou como está se apresentando a
56 política de álcool e outras drogas no município, ressaltando que existe uma grande dificuldade
57 do levantamento de dados, tanto municipal como a nível nacional, e que uma das demandas
58 da política é trazer para o município um observatório onde se trabalhe essas informações, que
59 una toda as secretarias e traga respostas. Ressaltou a importância da participação da sociedade
60 civil nos outros momentos de construção do SISMUD. Carolina Vidal, representante da
61 ABORDA, comentou sobre o papel do conselho, enquanto fiscalizador, e que tal colocação do
62 PopRua, é um sinalizador, sugeriu que deve-se averiguar se a fala é verídica ou não, e que é
63 necessário apresentar retorno a denúncia. Leilane Assunção, representante do Coletivo
64 Antiproibicionista Cannabisativa pediu a palavra, complementando a função do conselho, que
65 também é o de desestigmatizar essa problemática, e que essas ações feitas pela instituição, faz
66 com que o estigma continue, pois produz um ciclo vicioso que se reflete diretamente na
67 solução das questões da inclusão social. João Paulo retoma a palavra e fala sobre a
68 importância do fortalecimento do SISMUD, e do COTEC, pois é lá que estão presente as
69 secretarias. Desse modo, é o lugar adequado para acontecer essas modificações. Leilane
70 pergunta o que está sendo feito para que outras pessoas de fora, possam receber as
71 informações que estão sendo construídas dentro do SISMUD. Celânsia pede a palavra e diz
72 que estão sendo trabalhados primeiramente as demandas que surgem com mais intensidade,
73 apresentando como exemplo a região leste, que terá como objetivo aproximar os serviços para
74 PopRua, fortalecendo os fluxos que atendem o referido segmento. Foi feita uma sugestão por

104 cada secretaria. Destaca que existe um cuidado municipal para a execução do plano, e que por
105 isso existe uma “demora” para seu lançamento, em razão de que muitas coisas foram
106 aprendidas e aprimoradas, demonstrando o alinhamento com a realidade da política e com a
107 realidade das secretarias, e que não adianta colocar metas extraordinárias, se não vão ser
108 cumpridas. O representante do OBJUVI pede a fala e apresenta a questão do pacto federativo,
109 e que não é necessário que o município siga a risca as orientações do Estado e Governo
110 Federal, ressaltando que o município de Natal tem condições de fazer um formato de
111 atendimento às pessoas que estão em situação de uso, buscando a solução do problema,
112 garantindo o cuidado e respeito aos usuários. Salienta a importância das práticas de redução
113 de danos e o poder político do conselho, que tem condições de contribuir com orientações
114 técnicas por meio das secretarias. O presidente João Paulo voltou a falar, e apresentou o
115 posicionamento em última reunião do Comitê Gestor da Secretária da SEMTAS, Ilzamar,
116 enfatizando que não é do interesse do município permitir que ocorra retrocesso na política de
117 assistências. O representante do OBJUVI volta a falar, tratando da questão das comunidades
118 terapêuticas, afirmando que a preocupação não está na existência do serviço, mas em quais
119 são os padrões de qualidade que permitem a concessão de financiamento, e que esse padrão
120 deve ser orientado pelo Estado e Município. Carolina Vidal, pede a fala e disse que poderia
121 trazer uma nota do CRP sobre o assunto. Ficou deliberado para próxima reunião, o estudo,
122 através dessa nota sobre as comunidades terapêuticas. Kylbia, Diretora de Direitos Humanos,
123 em parceria com Nadja, apresentou brevemente o projeto do observatório de direitos
124 humanos. Aparecida e Celânsia complementaram que o OBDH fará a articulação dos fluxos,
125 com possibilidade de apresentar quais foram as maiores demandas da sociedade, com
126 ferramentas que viabilizarão a aproximação com a população, gerando mais transparência e
127 fortalecimento das ações, possibilitando assim, quebrar a lei do silêncio. Reforçando que as
128 demandas apresentadas pelo Observatório serão trabalhadas por meio do Centro de Referência
129 de Direitos Humanos quando estruturado pelo município. O representante da PopRua
130 perguntou como o OBDH trabalhará com os serviços como o Centro Pop e albergue, e lhe foi
131 informado que o objetivo maior será trabalhar com as diversas vulnerabilidades, construindo
132 banco de dados que colaborará com a gestão para a efetivação de políticas públicas. Carolina

133 Vidal sugeriu que o espaço de denúncia seja menos burocrático, para que realmente se
134 mantenha o sigilo, e que se amplie e estude como será feito o acesso a esse portal, pois existe
135 uma dificuldade para o acesso a esse tipo de ferramenta pela população mais carente.
136 Aparecida Cunha destaca que o centro de referência também dará suporte ao OBDH de
137 maneira física, complementando-o. João do OBJUVI questionou como será alimentado o
138 sistema, e como serão efetuadas as denúncias, com preocupação em como os dados que serão
139 gerados serão trabalhados para desenvolver política pública, ele comentou a experiência de
140 outros observatórios que teve a oportunidade de acompanhar, como o de combate ao racismo
141 na Bahia, discorre que os dados gerados são apresentados para toda rede, faz a sugestão de
142 que dentro do OBDH a cada dois meses se tenha um grupo técnico que deverão analisar os
143 dados gerados para serem validados, além do usuário que faz a denúncia, possa receber uma
144 mensagem confirmado que a denúncia foi efetuada. Expressa o cuidado em informar sobre
145 como deve ser feita a denúncia, o sigilo e as limitações de algumas informações. A fala foi
146 passada para Celânsia Gomes, que explicou que a tecnologia utilizada será nos moldes da
147 plataforma Cidades Inteligentes, cuja solução tecnológica trabalhará de modo a cruzar os
148 dados dos demais sistemas existentes, gerando assim sua validade comentada. Citou o
149 aplicativo do Governo Federal o Proteja Brasil, que ele é uma das referências para o
150 desenvolvimento do aplicativo do OBDH, realça que ele será desenvolvido com cuidado para
151 sua efetivação, de forma que o projeto do aplicativo do observatório não implique em custos e
152 estimule os fluxos. Ela também comenta sobre o serviço de ouvidoria que existe na maioria
153 dos serviços da prefeitura. Foi citado por Vanilson Torres o desconhecimento da população
154 acerca dos serviços de denúncia, o referido não tinha o conhecimento da existência da
155 Ouvidoria Municipal, e manifesta a importância de divulgar mais esses espaços. Ele também
156 comenta que os espaços físicos dos serviços de acolhimento não comportam as demandas da
157 população em situação de rua. O presidente João Paulo retomou a fala e explicou que em
158 razão das exigências do Ministério Público, não foi possível contratar do concurso publico da
159 SEMDES para o Centro de Direitos Humanos, dada a impossibilidade, ficou decidido realocar
160 os funcionários existentes e fechar a casa, para que futuramente, através do que está sendo
161 construído para o OBDH, esse espaço físico funcione de maneira efetiva. Coloca que só será

